

ESCOLA E GOVERNAMENTALIDADE SOBRE OS MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA

Romualdo da Silva Sales¹
Charliton José dos Santos Machado²

RESUMO

O presente trabalho objetiva problematizar as dinâmicas de controle estabelecidas no âmbito da escola, destacando a função desempenhada pelas práticas discursivas no tocante a produção de identidades em conexão com a produção de diferenças. Evidenciamos as relações estabelecidas pela escola, chamando atenção para sua função no tocante a governamentalidade que investe, através de um conjunto de técnicas de controle, formas de governo da vida dos sujeitos, produzindo corpos e subjetividades normalizadas e abjetas. No que se refere à dimensão metodológica, desenvolvemos uma pesquisa empírica, de abordagem qualitativa, adotando como técnica de pesquisa à etnografia, objetivando estabelecer maior aproximação com o campo de pesquisa e com os dados coletados. Este estudo nos proporcionou perceber que a escola atua numa dimensão de fortalecimento das normas sociais, embora se utilize do discurso da suposta neutralidade. Dessa forma, percebemos o caráter biopolítico da instituição, sobretudo, por compreender que a mesma reitera os discursos socialmente estabelecidos, ao mesmo tempo em que investe um conjunto de técnicas que objetivam estabelecer o governo dos sujeitos, na perspectiva de formatar e produzir corpos e subjetividades.

Palavras-chave: Escola, governamentalidade, controle, identidade.

¹ Doutorando em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, romualdosales@gmail.com;

² Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN; professor titular da Universidade Federal da Paraíba – UFPB e pesquisado do CNPq (PQ – 1D), charliltonlara@yahoo.com.br.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001”

“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001”

Introdução

O presente trabalho objetiva problematizar as dinâmicas de agenciamentos de biopolítica que operam sobre os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidades a partir da escola. Nossa discussão pretende problematizar as lógicas de funcionamento dos dispositivos de sexualidades, tendo como referência a obra de Foucault. Nessa perspectiva, procuramos problematizar a localização e funcionamento dos discursos como mecanismos de controle e, ao mesmo tempo, produção de corpos formatados pelas normas sociais, ao passo que os mesmos fazem parte de lógicas de produção de saberes que constituem as normas, investindo contra os modelos que escapam as mesmas, situando-os como subalternos.

Partindo dessas questões, estabelecemos o diálogo com Silva (2009) para pensar como os discursos são acionados na produção social de identidades, construídas a partir de dinâmicas normativas estabelecidas através de processos relacionais com as manifestações de diferenças, tendo em vista que estas espacam as lógicas de controle estabelecidas pelos discursos socialmente referenciados pelas instituições. Destarte, percebemos a necessidade de problematizar as estratégias biopolíticas que são agenciadas no processo de construção de normas sociais, desvalando os mecanismos de controle que atravessam a escola, fazendo dela um importante dispositivo que opera reproduzindo as discotomias e epistemologias que fortalecem as identidades socialmente hegemônicas e situam os sujeitos que fogem as normas como desviantes.

Nosso interesse pela escola relaciona-se com a discussão de Foucault (1984), na qual o referido autor aponta as lógicas de funcionamento dos dispositivos de sexualidade, destacando que os mesmos são acionados como tecnologias de controle a partir dos discursos produzidos sobre eles. Foucault evidencia que a sexualidade no período denominado de Clássico era investida dentro uma lógica de silenciamento, porém a partir do final do século XVIII e, sobretudo no século XIX, a sexualidade começa aparecer no debate, mas tais questões são capturadas pelos discursos encampados pela psiquiatria assim como pela escola. Portanto, não se trata de um afrouxamento das normas sociais, mas de uma reorganização que coloca a sexualidade em debate para produzir reconfigurações das normas sociais e estabelecer verdades sobre as mesmas, traduzindo-se em redefinição de tecnologias de controle.

Essas questões nos chamam atenção para pensar como a escola foi e ainda continua sendo agenciada pelas estratégias biopolíticas que investem em tecnologias de controle sobre a população, destacando como estas estratégias resvalam em formas de violência contra

aqueles sujeitos que não são conformados dentro das fronteiras estabelecidas pelas normas sociais. Nessa perspectiva, tentamos perceber como, na particularidade brasileira, tais questões ganham eco a partir do recrudescimento fundamentalista no debate em matéria de educação, especificamente as reações estabelecidas com o Movimento Escola Sem Partido que surgiu em 2004 no estado de São Paulo e que deu ensejo para o lançamento no dia 23/03/2015 do Projeto de Lei 867/15 denominado Escola Sem Partido.

Nessa perspectiva, desenvolvemos uma pesquisa realizada no ano de 2018 numa escola pública situada no interior da Paraíba, na qual tivemos a oportunidade de perceber como as produções discursivas atuam como mecanismo controle dos sujeitos, resvalando diretamente no tocante ao reforço de identidades socialmente referenciadas, situando as outras identidades que escapam as suas regras como desviantes, tendo como plano de fundo os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e especialmente sexualidades. Estes marcadores são acionados para legitimar as hierarquias construídas discursivamente que celebram as identidades hegemônicas e situam as demais como abjetas. O que faz com que estas sejam atacadas diretamente através de manifestações de violência física e simbólica.

Nossa pesquisa apresenta como objetivo perceber como os mecanismos de controle atuam no espaço escolar, evidenciando como os mesmos se relacionam como os marcadores sociais a diferença da raça, gênero e sexualidades. Ao passo que procuramos problematizar as lógicas de funcionamento dos discursos produzidos sobre tais marcadores, objetivando perceber com as dicotomias produzidas socialmente reforçam a estratificação entre os sujeitos, embora a escola e o currículo, como nos lembra Silva (2011), apelem para o multiculturalismo, na sentido de velar os conflitos que aparecem na realidade da escola.

Procedimentos Metodológicos

No tocante a abordagem metodológica, optamos pela etnografia como técnica de pesquisa, o que nos forneceu condições para compreender o funcionamento dos mecanismos de controle, assim como as formas de resistência estabelecidas no âmbito da escola. Dertarte, destacamos que a etnografia nos proporcionou uma interação direta com o campo de pesquisa, construindo efetivamente para compreender a percepção dos sujeitos envolvidos no processo de investigação, matendo maior fidelidade com os dados coletados. Assim como, nos proporcionou um confronto entre o discurso oficial estabelecido pela escola enquanto instituição social e os conflitos velados pelo multiculturalismo que celebra a convivência

passífica entre os sujeitos sob o crivo no respeito à diversidade, sendo que esta diversidade não questiona as hierarquias socialmente estabelecidas social e culturalmente.

Em relação aos procedimentos éticos, nossa pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em pesquisa envolvendo seres humanos da Universidade Federal da Paraíba. Do qual, mediante a aprovação do relatório de pesquisa, temos a autorização para divulgação dos resultados.

A produção discursiva de identidades e diferenças

A produção social de identidade e diferença é engendrada através dos processos de socialização, se configurando como central por se tratar de dinâmicas normativas. Assim, pensar o funcionamento da socialização se torna relevante para problematizar como as normas sociais são construídas e impostas aos sujeitos, estabelecendo as fronteiras que inclui e exclui sujeitos a partir de marcadores sociais da diferença. Vale a pena destacar que, a norma se impõe a todos os sujeitos, embora mostre sua força de forma mais enfática contra aqueles que borram as suas fronteiras. Nessa perspectiva, importante se faz evidenciar que nossa atenção não se volta apenas para os sujeitos que transgridem as normas, mas também para aqueles que a incorporam. Dessa forma, consideramos relevante pensar como as normas sociais situam a diferença, mas também tentar perceber e problematizar os mecanismos capazes de controlar os sujeitos, tornando-os submetidos as regras sociais, naturalizando-as.

Destarte, percebemos que o conceito de socialização é caro a nossa discussão, tendo em vista que o mesmo traduz formas de como a produção social da norma se impõe sobre os sujeitos. Nesse sentido, em consonância com Berger (1986), compreendemos que socialização se configura como um processo de internalização de regras. Tal conceito nos ajuda pensar como as normas sociais são impostas aos sujeitos pelas produções discursivas que as constituem, sendo a escola e o currículo importantes dispositivos nesse processo.

A partir desse arcabouço, compreendemos como as normas sociais aparecem no cotidiano da escola, sendo por ela reverberada, ao passo de atravessarem a instituição e serem transmitida a população. Assim, a escola se torna, na nossa percepção, dispositivo central no que tange a difusão de normas produzidas e redefinidas social e culturalmente.

Nesse sentido, segundo Silva (2011) a escola se configura como dispositivo central no tocante a produção discursiva que celebra a tolerância e o respeito com a diversidade, porém não questiona as formas e dominação dos sujeitos. O autor nos ajuda pensar como essas questões de fundo multiculturalista trata a diferença não pelo aspecto de problematizar que as

identidades são construídas no processo de socialização, no qual, além de internalização de normas sociais, experienciamos uma interrelação com outras identidades que estão para além das nossas, mas que é através da interação com essas que as nossas identidades ganham seus contornos.

Destarte, desentorçamos numa discussão importante para nossa problematização, à produção social de identidades e diferenças. Segundo Silva (2009) produção de identidades se desenvolve com as relações estabelecidas com outras identidades no complexo de engenharia social. Assim, importante se faz pensar como essas relações são construídas, assim como os elementos que fazem parte desse processo. Desse modo, percebemos que as identidades são produções sociais e culturais normativas, construídas pelas práticas discursivas e epistemológicas imbuídas em relações de poder, que estabelecem suas fronteiras a partir de valores, sentidos e significados socialmente sancionados institucionalmente. Porém o processo de produção de identidades resvala também na produção de diferenças, pois as manifestações de diferença são outras formas de identidades, embora não sejam as identidades celebradas socialmente, mas o seu exterior constitutivo.

No tocante a produção de identidades em conexão com a produção de diferenças, é importante perceber que essa produção encontra-se vinculada a bases epistemológicas dicotômicas imbuídas em relações de poder e, sobretudo, em produção de saberes. Uma vez que procura produzir discursos socialmente legitimados, ao mesmo tempo em que investe em técnicas que objetivam desvalorizar outros saberes e discursos. Nesse sentido, Gosgoguel (2008) destaca que a produção de saberes se encontra atrelado ao fortalecimento dos valores e epistemologias hegemônicas, assim como se articula as dinâmicas de subalternização dos marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidades, utilizando-os para enquadrinhar e subordinar sujeitos através de dinâmicas de racialização e sexualização. Esses mecanismos de controle atuam na produção de verdades que investe na desqualificação de outros saberes e cosmovisões de ser, sentir e, sobretudo, desejar.

Biopolítica e o controle sobre a população

Em consonância com Foucault (2008a), é possível evidenciar que os discursos não são exteriores as normas sociais, mas mecanismos que engendram as mesmas. A partir dessa afirmação, compreendemos segundo o mesmo autor, que os discursos que aparecem numa instituição são efeitos de um conjunto de forças reais que reafirmam sua legitimação através das relações sociais. Sendo a população uma importante engrenagem desse processo, tendo

em vista que há um conjunto de técnicas direcionadas a ela na busca de imprimir certo efeito sobre suas ações, tendo como plano de fundo os valores socialmente sancionados. Dentro dos processos de normalização disciplinar, percebe-se que a norma cria dispositivos que as gerenciam, contribuindo para a sua fixação. Assim, é possível evidenciar que alguns desses dispositivos se configuram como instituições do Estado, que operacionalizam as políticas de normalização governamental, tendo como objetivo a gerência dos desejos.

Assim, percebemos que a escola integra o núcleo de organizações sociais que desenvolvem uma gama de procedimentos e técnicas que investe sobre o governo na população, denominado de governamentalidade. Para tanto, reforça os discursos socialmente hegemônicos, sobretudo na sua dimensão performativa produzindo formas de pensar, sentir e, sobretudo, desejar. Nesse sentido, situamos que os discursos são dotados não apenas de capacidade de descrever os sujeitos, mas de classificar e estabelecer hierarquias.

Dessa forma, percebemos como o controle que atua sobre os sujeitos são agenciados pelos discursos que atuam numa perspectiva normativa, estabelecendo verdades e proporcionando a construção de normas sociais que se impõem sobre os mesmos. Sendo assim, os discursos integram o conjunto de técnicas direcionadas ao controle da população e, a partir da Modernidade, estas técnicas ganham uma dimensão política que atua no âmbito do Estado, estabelecendo o governo sobre a vida. Este governo, segundo Foucault (2008b), é denominado de biopolítica, haja vista a atuação no tocante a produção de corpos formatados pelas tecnologias disciplinares.

No tocante ao papel da escola nesse processo, segundo Miskolci (2012), a escola se torna estratégica na construção de corpos e subjetividades formatados pelas normas sociais, sobretudo aquelas que operam sobre os marcadores sociais da diferença. Uma vez que, as manifestações da diferença borram as fronteiras das normas sociais, evidenciando que existem outras formas de posicionar-se socialmente. Atravessar as fronteiras das normas sociais pode ser traduzido em formas de resistência, ao passo que afronta as normas, chamando atenção para o seu caráter não natural, mas cultural.

Ferrari (2011) observa que, num esforço para produção corpos e sujeitos formatados pelas tecnologias disciplinares, a escola investe sobre o controle das sexualidades contribuindo para a construção de subjetividades normativas e abjetas. Percebemos que, embora a escola atue na perspectiva de controle e classificação dos sujeitos a partir de padrões

socialmente legitimados, os sujeitos ao assumirem uma postura que destoa dos padrões hegemônicos, resistem às normas sociais e, ao mesmo tempo são penalizados por elas. Acreditamos que seja relevante chamar atenção para o fato que, as normas punem os sujeitos que consideram desviantes por perceber que a existência desses sujeitos que escapam as suas regras, ao evidenciar outras formas de se situar no tempo e espaço, pode potencializar questionamentos a sua base de sustentação, demonstrando o seu caráter não natural, mas socialmente construído. Essas questões geram uma espécie de histeria social exposta através de violências contra os sujeitos da diferença, que vão da injúria as mais variadas formas de violência física e simbólica.

A escola e seus saberes

Pensar a localização da escola como um dispositivo de biopolítica, se apresenta como um exercício complexo, especificamente por perceber a necessidade de cartografar como os discursos são utilizados como mecanismos disciplinar; sobretudo compreender como a escola atua na dimensão de legitimação de identidades socialmente hegemônicas, se utilizando de pedagogias de controle e dominação.

Partindo dessa premissa, nosso interesse se volta para perceber como acontecem os processos de socialização na escola, deslocando o nosso olhar para apreender como as relações estabelecidas no âmbito escolar resvalar na produção de formas de dominação, tendo como ponto de toque os marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidades.

Ao adentrar ao campo de pesquisa, percebemos as resistências às questões apresentadas por parte dos representantes institucionais, embora, este fator não tenha impossibilitado a pesquisa. A partir do momento em que entramos em campo, evidenciamos que as relações ali estabelecidas atuavam na perspectiva de silenciar e ridicularizar os sujeitos que apresentam alguma manifestação de diferenças. Percebíamos que as relações estabelecidas pelos alunos procuravam situar negros, mulheres e, sobretudo, a população LGBTQ+ como figuras subalternas. Evidencia-se através dos discursos e, especificamente performances, como esses sujeitos eram situados como subalternos. Essas questões nos remetem as análises de Louro (2012), para quem, os discursos socialmente legitimados se encontram vinculados a bases epistemológicas dicotômicas que apresentam o homem, branco, como figura típica da racionalidade e da cultura, enquanto situam as mulheres, negros assim

como homens que deslocam o gênero como vinculadas ao domínio da emotividade, da natureza, tendo em vista o afastamento dos padrões estabelecidos de forma dicotômica.

Percebemos no período de campo que os discursos produzidos sobre a população LGBTQ+ eram mais incisivos, votados sempre para aqueles garotos que deslocavam o gênero, sendo apresentados como afeminados, o que os aproximavam do feminino, espaço desprivilegiados no espaço investigado. As manifestações de violência praticadas contra os meninos que deslocavam o gênero eram evidentes, entre as quais, performances de práticas sexuais desenvolvidas por outros garotos, aqueles mais robustos, assim como as injúrias proferidas em relação a eles. Assim, percebemos a atuação da norma social no que toca os modelos de orientação sexual, impondo-se sobre os sujeitos, não apenas aqueles que deslocam o gênero, mas principalmente em relação aos que não deslocam ao evidenciar as fortes punições contra que o faz. Desse modo, percebemos que a heteronormatividade atua de forma mais eficiente sobre aqueles que aceitam ser colonizados pela disciplina.

Em relação à heteronormatividade, percebemos que ela atua na perspectiva de conformar os sujeitos dentro dos padrões estabelecidos pelos valores morais socialmente e institucionalmente referenciados. Segundo (MISKOLCI, 2012, p. 44), “a heteronormatividade é a ordem sexual do presente, fundada no modelo heterossexual, reprodutivo e familiar. Ela se impõe por meio de violências simbólicas e físicas dirigidas principalmente a quem rompe normas de gênero.”

Nessa perspectiva, percebemos a dimensão biopolítica desempenhada pela escola, estabelecendo uma governamentalidade que atua sobre a população, no sentido de produzir formas de pensar, sentir e se situar no tempo e no espaço. Evidenciamos que as técnicas incidem sobre todos os sujeitos que atuam naquele espaço, embora sua expressividade se mostre de forma incisiva sobre aqueles que desviam das normas. Pensando sobre essas questões, gostaríamos de destacar que a norma consolida sua força disciplinar sobre a população a partir da sua relação com os sujeitos desviantes. Assim, compreendemos que no processo de socialização, como problematiza Silva (2009), a diferença é exposta como o outro pelo seu território, identidade de gênero, raça e modelo de orientação sexual. Entretanto, ao direcionar as técnicas de controle sobre esses sujeitos, não se reconfigura os mesmos dentro das normas, mas evidencia para aqueles que se encontram dentro das mesmas a punição que receberão caso borrem suas fronteiras. Nessa perspectiva, importante se faz destacar não apenas a atuação da disciplina sobre os sujeitos que quebram a normas, mas procurar entender

porque existe uma gama de sujeitos que são capturados por ela, mantendo-se dentro dos seus padrões.

No tocante a atuação dos profissionais que atuam na instituição, procuramos compreender quais os sentidos e significados atribuídos ao ambiente escolar, particularmente sobre as relações estabelecidas no tocante aos marcadores sociais da diferença de raça, gênero e sexualidades. Os relatos evidenciam que a preocupação encontra-se voltada para as questões relacionadas à aplicação dos conteúdos das disciplinas. Embora, em determinados momentos, os conflitos existentes na instituição tenham sido mencionados. Contudo, as questões relacionam-se as práticas de *bullying* de forma geral. Entretanto, percebemos que as manifestações de *bullying* presentes na escola vinculam-se aos marcadores sociais da diferença de raça, gênero, sexualidades e território. Nessa perspectiva, dialogamos com Silva (2011), haja vista que as suas contribuições nos ajudam pensar como a escola enquanto instituição atua na dimensão de não questionamento das formas de controle, o que contribui para o fortalecimento dos discursos socialmente legitimados. Embora, utilize-se do discurso encampado sobre a neutralidade e o respeito à diversidade.

Em relação ao recrudescimento fundamentalista do debate em matéria de educação no Brasil, particularmente sobre o projeto Escola Sem Partido, muito se questiona como é possível desenvolver o conteúdo obrigatório sem que resvale em questões políticas. Porém, não percebemos reações fortes em relação à necessidade problematizar as hierarquias construídas sobre os marcadores sociais da diferença. Sobretudo, a partir dos diálogos, percebemos que os representantes institucionais não encontram pontos de ligação entre as formas de violências físicas e simbólicas impostas pelas normas sociais e o lançamento do referido projeto. Destarte, acreditamos que seja profícuo problematizar essas questões, evidenciando que a escola é utilizada socialmente como um catalisador que difunde saberes não neutro, mas carregados de relações de poder que atuam numa dimensão normalizadora.

Considerações Finais

As problematizações apresentadas neste trabalho partem de um processo de reflexão que propõe compreender as condições que dão suporte as estratégias biopolíticas de controle operacionalizadas pela escola. Para tanto, acreditamos que seja profícuo identificar a centralidade dos discursos no tocante a construção de normas sociais, compreendendo as suas condições de funcionamento nas instituições, particularmente na escola.

Destarte, situamos a centralidade na escola no que toca os dispositivos na sociedade de controle, destacando a força das normas sociais que atuam dentro de uma perspectiva disciplinar. Dessa forma, compreendemos que a escola, assim como o currículo, funciona como uma engrenagem que proporciona transformações nas relações sociais, imprimindo saberes que atuam na conformação dos sujeitos normalizados, tendo como plano de fundo, mecanismos de controle que atuam através da exposição das violências praticadas contra aqueles e aquelas que rompem com as normas estabelecidas socialmente.

Consideramos relevante situar que os sujeitos que borram as fronteiras das normas são subordinados, sofrendo inúmeras tentativas de silenciamento. Entretanto, compreendemos que o rompimento com as normas não os exclui da mesma, pois mesmo resistindo às estratégias normativas, os mesmos são posicionados como desviantes em relação às normas estabelecidas, o que evidencia o processo relacional entre normatização e desvio. Destarte, a própria construção normativa supõe o desvio, pois é a partir do desvio que a norma consegue expor a sua força, ao mesmo tempo em que normatiza os sujeitos que se encontram dentro de suas bordas.

No campo da sexualidade, existem modelos de sexualidade socialmente legitimados e modelos socialmente subordinados. A heterossexualidade como modelo hegemônico não é problematizado como construção social, mas como um elemento do domínio da natureza. Por outro lado, temos outros modelos que escapam a ordem imposta pela heteronormatividade, sendo os segundos socialmente considerados desviantes e, desse modo, questionados. Porém, para que a heteronormatividade, enquanto construção social imbuída em relações de poder, faz-se necessário que existam formas desviantes em relação à mesma, onde ela possa estabelecer uma relação que supõe controle, mas também resistência. Portanto, a ordem heteronormativa se instaura como uma norma que se constitui inter-relacionada com o desvio, ou seja, com a construção de outros modelos de ser e experienciar a sexualidade. Porém, vale salientar que ela se impõe não como uma construção social, mas com a ordem sexual pautada nos modelos socialmente referenciados pelas práticas discursivas institucionais.

Nessa perspectiva, compreendemos a função de controle desempenhada pela escola no que tange a construção e consolidação dos valores hegemônicos num esforço contínuo em fixar as identidades e relegar as diferenças aos espaços subordinado. Logo, é possível evidenciar as tensões que fazem parte do espaço escolar, tornando a escola um lugar de disputa. Contudo, vale salientar que esta disputa não retira da escola seu caráter de dispositivo

normativo, haja vista que a instituição é acionada a partir de mecanismos de controle. Ao passo que, na particularidade brasileira, a escola é chamada a alinhar seus discursos com o viés conservador, fundamentalista, sendo alvo de projetos entre, os quais, o Escola Sem Partido que investe contra as formas de resistência e contestação das normas que por ventura possa surgir no âmbito escolar.

Referências

BERGER, Peter. **Perspectivas Sociológicas**: uma visão humanista. (Trad. Donaldson M. Garschagen). Petrópolis: Vozes, 1986.

FERRARI, Anderson. Silêncio e silenciamento: em torno das homossexualidades masculinas. In FERRARI, Anderson; MARQUES, L. Pacheco. (org). **Silêncios e Educação**. Juiz de Fora, MG: Editora UFJF, 2011.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do Saber**. (Trad. Luiz Felipe Baeta Neves). 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: curso dado em Collège de France. (Trad. Eduardo Brandão). São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos póscoloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. Coimbra – Portugal, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação**: Uma perspectiva pósestruturalista. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer**: um aprendizado pela diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SILVA, Tomaz T. **Documentos e Identidade**: Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

SILVA, Tomaz T. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.